

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 520.999 - SC (2019/0203787-8)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : JACKSON LUIS ALBANO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **JACKSON LUIS ALBANO**, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** na **Apelação n. 0002362-91.2018.8.24.0036**.

Colhe-se dos autos que o paciente foi sentenciado às penas de 5 (cinco) anos, 8 (oito) meses e 1 (um) dia de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nos arts. 33, *caput*, e 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/2006; a 2 (dois) meses de detenção, por infração ao art. 329 do Código Penal; e a 6 (seis) meses de detenção, em razão da prática do delito previsto no art. 331 do Código Penal, em regime inicial semiaberto.

Interposta apelação, o eg. Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso, mantendo apenas a condenação pelo crime do art. 329 do Código Penal e alterando o regime inicial para o aberto (fls. 274-281). Confira a ementa do julgado:

**"APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES (LEI N. 11.343/06, ART. 33, CAPUT), DESACATO E RESISTÊNCIA (CP, ARTS. 329 E 331) – SENTENÇA CONDENATÓRIA – INSURGÊNCIA DEFENSIVA – TRÁFICO – PRETENSA ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS – VIABILIDADE – DÚVIDA ACERCA DA PROPRIEDADE DOS ENTORPECENTES – ABSOLVIÇÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DEVIDA – RESISTÊNCIA – RÉU QUE SE OPÔS À ABORDAGEM POLICIAL – PALAVRAS DE BAIXO CALÃO PROFERIDAS DENTRO DESSE MESMO CONTEXTO E COM INTUITO DE SE DESVENCILHAR DA ABORDAGEM – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO – DESACATO AFASTADO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO."*

No presente **writ**, pretende, em suma, a suspensão do v. acórdão que manteve a condenação pelo crime de resistência. No mérito, requer seja reconhecida a ilegalidade do v. aresto para absolver o paciente.

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência à fl. 288.

Informações prestadas às fls. 290-339.

O Ministério Público Federal, às fls. 345-350, manifestou-se pela denegação da ordem, nos termos do parecer com a seguinte ementa:

*"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. MANEJO DO WRIT COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. RESISTÊNCIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA INCOMPATÍVEL COM A VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. NÃO CONHECIMENTO. MÉRITO. DENEGAÇÃO DA ORDEM.*

*1. 'Por outro lado, o Tribunal de origem, mantendo a sentença condenatória, entendeu estarem presentes provas suficientes da materialidade e da autoria delitiva do crime de associação para o tráfico. Rever este entendimento para absolver a paciente demandaria, necessariamente, amplo revolvimento do acervo fático probatório dos autos, procedimento que, a toda evidência, é incompatível com a estreita via do habeas corpus'.(HC 455.824/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 30/08/2018).*

*2. Habeas corpus que não deve ser conhecido, e se conhecido, quando ao mérito, que seja denegada a ordem."*

**É o relatório.**

**Decido.**

O presente **habeas corpus** encontra-se **prejudicado**.

De acordo com as informações prestadas pela eg. Corte **a quo** às

# *Superior Tribunal de Justiça*

fl. 292-294, "*determinada a execução provisória da pena, bem como a adequação da sanção imposta ao ora paciente, conforme decidido por este Tribunal (...), em 13/05/2019 restou declarada extinta a reprimenda imposta ao ora paciente, pelo seu cumprimento integral*" (fl. 293).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente **habeas corpus**, em razão da perda superveniente de seu objeto.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator

